



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial n°. 002/2022

Processo n° 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Pregão Presencial n° 002/2022





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial n°. 002/2022

Comissão Fiscal	52
Assessoria	
Assessoria Jurídica	
Assessoria de Planejamento	
Assessoria de Comunicação	
Assessoria de Gestão	
Assessoria de Infraestrutura	
Assessoria de Meio Ambiente	
Assessoria de Saúde	
Assessoria de Segurança	
Assessoria de Trânsito	
Assessoria de Urbanismo	
Assessoria de Zonas Especiais	

Processo n° 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

Processo n°. 2022.021.000006-3-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n° 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones n° (22) 98175-0911/98175-2073, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o n° 002/2022, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço (menor percentual da taxa de administração)** e será regida pela Lei n° 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n° 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei n° 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 9h (nove horas) do dia **23 de março de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Proposta Comercial - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação -Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Comissão	53
Rubrica:	REF
Licitação	
Processo	

Processo nº 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos na modalidade de vale alimentação, destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários do programa municipal "Cartão Goitacá" junto à rede de estabelecimentos comerciais credenciados**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.



4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP



5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.



6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7- Não serão aceitas as propostas com valor percentual superior a 2% (dois por cento), de acordo com o previsto no item 7 do Termo de Referência.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial n.º 002/2022

Assinatura	57
Rubrica	
Assinatura	

Processo n.º 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. -Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial n°. 002/2022

Processo n° 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor percentual da taxa de administração**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio



majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.



8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n° 8.768/17.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

8.3.4.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.5.

8.3.4.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.4 e 8.3.5, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.5- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.5.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.4 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, sendo este último com firma reconhecida, comprovando a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste edital, conforme item 14 do Termo de Referência.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser



datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no serviço objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código **08.244.0038.2125.0000** relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa **339039** e **339048**.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela SMDHS.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço de acordo com especificações do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **SMDHS** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro -**

Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

15- DAS RECARGAS E DO VALOR PERCENTUAL

15.1 - O valor total estimado referente às recargas dos cartões para 12 meses, conforme quadro do subitem 4.1 do Termo de Referência, é na quantia de R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais).

15.2 - Estima-se o valor máximo de taxa de administração correspondente a 2% (dois por cento).

16- DO PAGAMENTO


16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total que vier a ser pactuada, mensalmente, em até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura, de acordo com o número de beneficiados, conforme item 13 do Termo de Referência.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos conforme Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da SMDHS, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

16.6- Caso a **SMDHS** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **SMDHS** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 16 de fevereiro de 2022.

Rodrigo Nogueira de Carvalho

Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do Termo de Referência)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PERCENTUAL EM ALGARISMOS (%)
1.	Contratação de empresa especializada em administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos na modalidade de vale alimentação, destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários do programa municipal "Cartão Goitacá" junto à rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Quantidade estimada de cartões: 5000 unidades Prazo: 12 meses Valor do benefício: R\$ 200,00 (duzentos reais). Taxa de Administração - percentual por extenso:	

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 002/2022 e, ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 002/2022 para a abertura dos envelopes contendo a Documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, com sede na Travessa Santa Elias, 46 - Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes, RJ, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob o nº 01.197.548/0001-36, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor **RODRIGO NOGUEIRA DE CARVALHO**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL do EDITAL nº 002/2022, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2022.021.000006-3-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é contratação de empresa especializada em administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos na modalidade de vale alimentação, destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários do programa municipal "Cartão Goitacá" junto à rede de estabelecimentos comerciais credenciados, conforme descrito no Edital e seus anexos, bem como na Nota de Empenho nº ____/2022.



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2022.021.000006-3-PR e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a **CONTRATADA**:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total das recargas, conforme quadro do subitem 4.1 do Termo de Referência, corresponde a R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais), sendo este meramente estimativo, não cabendo quaisquer direitos caso esse valor não seja atingido durante o prazo de vigência do contrato. A recarga mensal decorrente será variável, de acordo com o número de beneficiários.

PARÁGRAFO ÚNICO: O percentual da taxa de administração deste contrato, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato, será de _____% (____por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mensalmente, de acordo com o número de beneficiários, observadas as condições previstas no item 13 do Termo de Referência, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n°. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total para a prestação do serviço, objeto deste contrato, será de 12 meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado sob a forma de execução indireta, no **regime de empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 002/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº **2022.021.000006-3-PR** que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA DE

CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Comissão	Fls.
Permanente	
de	
Licitação	

[Handwritten signature]

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Contratada:

Testemunhas:

[Handwritten signature]



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR

Data: 16/02/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Comissão Permanente de Licitação	Processo Nº
Rubrica:	

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Humano e Social, na modalidade **PREGÃO nº 002/2022**, supra-
referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, **bem como**
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Comissão	Fis.
Permanente	
de	
Licitação	Rubrica
Processo nº	

78
[Assinatura]

Ref.: Pregão nº 002/2022

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

[Assinatura]



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 39
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

DECLARAÇÃO

.....
..,
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei
e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº**
002/2022.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 002/2022

.....(razão
social do licitante) com endereço na

...
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial nº. 002/2022

Processo nº 2022.021.000006-3-PR
Data: 16/02/2022

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. OBJETO

O presente Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federais 8.666/93, 10520/02 e Lei Municipal nº 9.111/2021, por intermédio da modalidade Pregão, na forma Presencial, tem como objeto a futura contratação de empresa especializada em ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E EMISSÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS na modalidade de vale alimentação, seguindo critério de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, destinado à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários do programa municipal "Cartão Goitacá" junto à rede de estabelecimentos comerciais credenciados.

2.0. JUSTIFICATIVA

A crise econômica que assola o Brasil e o seu acirramento diante da crise sanitária pela pandemia de COVID-19 a partir de 2020, impactou socialmente como consequência direta que deve ser compreendido em seu caráter estrutural, com o acirramento da pobreza e das condições de vulnerabilidade social das famílias. Conforme estudo do IBGE, a taxa média de desocupação no mundo do trabalho em 2020 foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% no ano de 2020, a maior da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo o de maior extensão territorial, com 4.032km². O Censo do IBGE de 2010 apresentou uma população de 463.731 pessoas, com estimativa de 511.168 pessoas para o ano de 2020 no município.

Segundo a base do Cadastro Único, cuja referência utilizada é de Dezembro de 2021, o município possui 76.882 famílias e 194.954 pessoas referenciadas. Ao considerarmos o quantitativo de famílias em extrema pobreza (renda per capita até R\$ 89,00) e pobreza (R\$89,01 a R\$178,00), essas representam 75% e somam um universo de 57.782 dentre as inscritas no Cadastro Único.

Estas são distribuídas da seguinte maneira: 51.369 em extrema pobreza e 6.413 em situação de pobreza.

São 137.067 pessoas em extrema pobreza inscritas no referido Cadastro que representam 27% em relação ao quantitativo estimado de pessoas no município para o ano de 2020, segundo o IBGE.

No que tange ao empobrecimento no município, observa-se que a extrema pobreza está aumentando gradativamente, reflexo do contexto supracitado. Em uma análise comparativa entre os anos de 2018 a 2021, observa-se que o número de famílias referenciadas ao Cadastro Único aumentou em 22%, enquanto as famílias em extrema pobreza aumentaram em 37%. Estes dados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 1. Quantitativo geral e de extrema pobreza das famílias referenciadas ao Cadastro Único

Cadastro Único	2018	2019	2020	2021
Famílias referenciadas	59.399	65.898	69.443	76.882
Famílias extremamente pobres	35.010	41.277	44.820	51.369
Percentual de extrema pobreza	58,9%	62,6%	64,5%	66,8%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS - CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Maio de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Ao analisarmos em âmbito local os impactos desencadeados pela pandemia diante do necessário cumprimento das medidas de prevenção, além da ampliação do desemprego, dificuldade no exercício de atividades informais, acirramento do empobrecimento das famílias e da condição de insegurança alimentar, houve a ampliação da demanda nos equipamentos da Política de Assistência Social em busca da inclusão em benefícios eventuais e programas de transferência de renda.

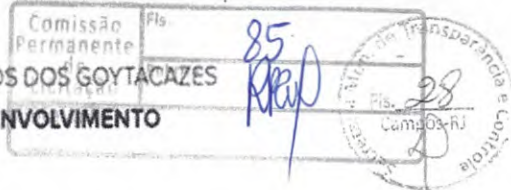
Nesse contexto de aumento da pobreza, fenômeno multidimensional, a pobreza monetária gera a hipótese que quanto menor a renda, menores são as chances da pessoa conseguir suprir as necessidades básicas de sua família.

Tal questão requer um olhar atento pela gestão pública no planejamento das ações e, especialmente pela pasta da Assistência Social. Conforme previsto pela Lei Orgânica de Assistência Social - nº 8.742, esta política pública tem por objetivo a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

As ofertas socioassistenciais devem ser garantidas em sua integralidade: benefícios, serviços, programas e projetos, para que a capacidade protetiva do Estado seja efetivada de forma a fortalecer a autonomia das famílias. Dentre estas ofertas, temos os Programas de Transferência de Renda. Conforme previsto na Política de Assistência Social, estes programas visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local.

Os aportes de recursos públicos em políticas sociais têm gerado impactos importantes nas condições de vida da população brasileira nas últimas duas décadas. Este investimento é consequência da implementação das ações e direitos sociais inscritos na Constituição de 1988 e da priorização da agenda de combate à pobreza, à desigualdade e às iniquidades que, historicamente, afetaram diversos segmentos populacionais.

Cabe mencionar que, tais transferências entram no "fluxo circular da renda" com estímulo a economia diante do impulso dado às despesas de consumo das famílias, que, por sua vez, incrementa o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico. Portanto, o ato do poder público de injetar recursos nas transferências de renda tem um impacto expressivo na economia local, além do impacto já citado nas condições de vida da população beneficiada.



Além do mais, no intuito de estimular a economia do comércio local, a utilização dos créditos se restringirá aos estabelecimentos comerciais sediados em Campos dos Goytacazes – RJ, desta maneira será possível assistir as famílias de baixa renda e o comércio local, que são os mais afetados pela crise econômica que assola o Brasil e o seu acirramento diante da crise sanitária pela pandemia de COVID-19 a partir de 2020.

Atualmente, o município de Campos dos Goytacazes oferta a proteção social através de serviços, programas e benefícios eventuais, mas não possuía um programa continuado de transferência de renda à famílias em extrema pobreza, ainda que estas se apresentem de forma expressiva na realidade municipal.

Visando organizar esta oferta e fortalecer a Política de Assistência Social no município, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, órgão gestor desta Política Pública, implanta o Programa “Cartão Goitacá”, para a proteção integral das famílias e indivíduos, pois favorece o acesso a outros direitos, além de garantir ou restabelecer as seguranças sociais de acolhida, sobrevivência e convívio, de forma que a capacidade protetiva do Estado seja efetiva e as pessoas fortalecidas em sua autonomia.

Os impactos destes programas, conforme apontam estudos, se distribuem na queda da pobreza, da mortalidade infantil e da desigualdade, bem como o aumento da renda, do nível educacional, do emprego e do consumo de alimentos e bens duráveis no país.

O Programa de Transferência de Renda “Cartão Goitacá” prevê a transferência de renda conforme os critérios da Lei Municipal nº 9.111 de 18 de novembro de 2021, sendo estes:

- I - Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚnico;
- II - Ter renda mensal per capita de até R\$178,00(cento e setenta e oito reais);
- III - Ser morador (a) do município de Campos dos Goytacazes, há no mínimo 3 anos;



4.0. QUANTIDADES ESTIMADAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA ESTABELECIDADA
01	Administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos na modalidade de vale alimentação, destinado à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários do programa municipal "Cartão Goitacá" junto à rede de estabelecimentos comerciais credenciados. (Valor do benefício: R\$ 200,00)	5.000 CARTÕES

Obs: O valor da recarga mensal é fixa e irrevogável.

4.1. DAS QUANTIDADES

O número de recargas mensais, conforme quadro a seguir, alcançará até 5.000 famílias incluídas no Programa de Transferência de Renda. As inclusões iniciarão com 2.500 famílias, com abrangência de 250 famílias/mês em média, podendo ainda atingir a meta de 5.000 famílias, antecipadamente, desde que seja justificado com o estudo social realizado pelas assistentes sociais do CRAS ou CREAS, com a finalidade de evitar o risco de desamparo das famílias em vulnerabilidade social.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

TERRITÓRIO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
CHATUBA	91	100	109	118	128	137	146	155	164	182	182	182
CODIN	241	266	290	315	339	363	387	412	436	484	484	484
CUSTODOPOLIS	185	203	222	240	259	277	296	314	333	370	370	370
ESPLANADA	177	195	212	230	248	265	283	301	318	354	354	354
GOITACAZES	349	384	419	454	489	524	558	593	628	698	698	698
JARDIM CARIÓCA	145	160	174	189	203	218	232	247	261	290	290	290
JOCKEY	153	168	184	199	214	230	245	260	276	306	306	306
MATADOURO	66	63	79	86	92	99	105	112	119	132	132	132
MORRO DO COCO	112	123	134	145	157	168	179	190	201	224	224	224
PARQUE GUARUS	225	281	306	332	357	383	408	434	459	510	510	510
PENHA	112	123	134	146	157	168	179	191	202	224	224	224
TRAVESSÃO	161	177	193	209	225	242	258	274	290	322	322	322
URURAI	202	222	242	262	283	303	323	343	363	404	404	404
CREAS I	84	93	102	111	120	129	138	147	156	174	174	174
CREAS II	83	91	99	107	115	123	131	139	147	163	163	163
CREAS III	83	91	99	107	115	123	131	139	147	163	163	163
TOTAL	2500	2750	3000	3250	3500	3750	4000	4250	4500	5000	5000	5000

Travessa Santo Elias, nº 46, Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes- RJ, CEP: 28.080-385
Telefone: (22) 98175-1350

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442

Comissão
Permanente
de
Licitação

Fls

Rubrica

Processo 317

88

31

31



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 32
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

4.2. Especificidade dos Serviços

O serviço será fornecido através de cartão magnético em PVC com créditos inseridos mensalmente, com personalização do programa "Cartão Goitacá", nome do usuário e outros dados, em layout definido pela CONTRATADA, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, ou outro mecanismo de segurança de responsabilidade da contratada, para validação das transações eletrônicas, através de digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/funcionário no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados, que deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a disponibilização, pela CONTRATANTE, da lista dos beneficiários.

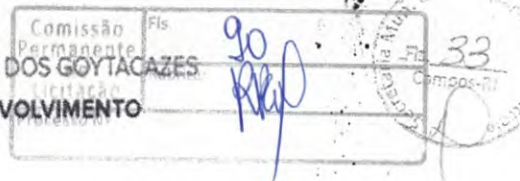
Os cartões magnéticos solicitados deverão ser entregues, na quantidade e no prazo assinalado, na sede da CONTRATANTE, junto ao setor responsável pelo "Cartão Goitacá", devidamente embalados em envelopes individuais lacrados contendo o manual de instruções ao beneficiário, sem custos de emissão ou quaisquer ônus adicionais, para a CONTRATANTE ou para o beneficiário, inclusive quanto às segundas vias solicitadas.

A primeira remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e o cadastro da senha deverá ocorrer no P.O.S. disponibilizado pela contratada aos estabelecimentos credenciados, por questões de segurança e autonomia do usuário do programa.

A senha pessoal e intransferível é a assinatura eletrônica do beneficiário, e servirá para validar todas as aquisições junto aos estabelecimentos comerciais.

A CONTRATADA deverá fornecer recursos de software na modalidade via web, sem necessidade de instalação, para processamento, gerenciamento e comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, possibilitando o controle de cargas, do status do cartão e das solicitações dos cartões magnéticos, acesso e visualização de toda a movimentação efetuada pelos beneficiários com a discriminação do número do cartão, nome do beneficiário, data e valor da compra, bem como o nome do estabelecimento que efetuou a venda.

A contratada deverá propiciar aplicativo/portal via web aos estabelecimentos credenciados para inserção dos valores (mínimos, máximos e produtos) dos itens que compõe a cesta básica.



A Contratada deverá propiciar aos usuários aplicativo, para a pesquisa dos itens que compõe a cesta básica, de modo que proporcione ao usuário do cartão a escolha do estabelecimento que pratica o melhor preço.

O aplicativo deverá permitir ao usuário a pesquisa de acordo com os itens da cesta básica, desta maneira o usuário poderá consultar os valores mínimos e máximos, de cada item, bem como as marcas dos mesmos, de modo de informar o ranking de valores dos itens.

O aplicativo também deverá exibir os valores dos outros itens da cesta básica do estabelecimento selecionado pelo usuário, bem como o valor completo da cesta básica do estabelecimento;

O aplicativo deverá fornecer ao usuário as informações pertinentes aos estabelecimentos, contendo: Nome do estabelecimento, endereço do estabelecimento e horário de funcionamento;

O aplicativo também deverá fornecer as informações pertinentes à localização georeferenciada, na forma digital para fins de uso em aplicativos digitais.

O aplicativo deverá informar a data de atualização dos valores dos itens que compõe a cesta básica;

O aplicativo disponibilizado aos usuários deverá atender os sistemas operacionais (IOS/Android);

O aplicativo (IOS/Android) também deverá possuir a função visualizar as informações de saldo e transações realizadas.

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento aos servidores indicados pela CONTRATANTE, para operar o sistema disponibilizado, prevendo recursos de proteção digital com códigos de acesso com login e senha.

A CONTRATANTE deverá enviar mensalmente uma listagem com os dados (Nome completo, CPF, Data de Nascimento e Nome da mãe) de todos os beneficiários que receberão o "cartão vale alimentação" no prazo máximo de 03 dias úteis que antecede a data prevista do cronograma de crédito, para que a CONTRATADA efetue as recargas nos Cartões Magnéticos.

O valor a ser creditado em cada cartão deverá, impreterivelmente, ser disponibilizados nas datas estabelecidas no cronograma;

A CONTRATADA deverá possuir rede de estabelecimentos credenciados e ativos para aceitação dos cartões composta por estabelecimentos micros, pequeno ou médio porte distribuídos nos territórios de cada Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme tabela abaixo:

CRAS	Abrangência	Nº Mínimo de Estabelecimentos
Pq. Guarus	Três Vendas, Boa Vista de Sapucaia, Cidade Luz, Fundão, Parque Guarus, Parque São Matheus, Parque Vera Cruz, Sapucaia, Parque Aldeia, Parque Lebre, Parque Santa Helena, Parque Visconde De Ururai, Parque São Jose.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Jardim Carioca	Parque Alvorada, Jardim Carioca, Parque Niterói, Parque Prazeres, Parque Presidente Vargas, Parque Residencial da Lapa II, Parque Santo Antônio, Parque São Jorge, Parque Vicente Gonçalves Dias, Residencial Da Lapa I, Residencial Santa Rita, Residencial Vila Alice, Zuza Mota, Parque Calabouço.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Codin	Codin, Conjunto Boa Vista I, Conjunto Boa Vista II, Jardim Boa Vista, Lagoa das Pedras, Morar Feliz Eldorado III, Parque Eldorado, Parque Jardim Aeroporto, Parque Jardim Ceasa, Parque Pomares, Parque Santos Dumont, Parque São Silvestre, Pátio Ceasa, Terra Prometida, Vila Industrial.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Esplanada	Caju, Itereré, Morangaba, Parque Corrientes, Parque Dom Bosco, Parque dos Rodoviários, Parque Esplanada, Jardim Maria de Queiroz, Parque Julião Nogueira, Parque Leopoldina, Nossa Senhora do Rosário, Nova Brasília, Pecuária, Parque Santo Amaro, Parque São Caetano, Parque Sumaré, Parque Tamandaré, Santa Cruz, Centro, Parque Tomaz Coelho, Condomínio Nashville, Residencial Sonho Dourado, Shopping Estrada, Rio Preto.	12, sendo distribuídos em no mínimo 6 bairros
Custodópolis	Morar Feliz Eldorado I, Morar Feliz Eldorado II, Parque Bandeirantes, Parque Barão do Rio Branco, Parque	10, sendo distribuídos em no



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo nº

92
APR 10

35
Comissão de Transparência e Controle

CRAS	Abrangência	Nº Mínimo de Estabelecimentos
	Bonsucesso, Parque Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Santa Clara, Parque Santa Rosa, Parque São Domingos.	mínimo 5 bairros
Morro do Coco	Areia Branca, Chave do Paraíso, Conselheiro Josino, Espírito Santinho, Mata da Cruz, Morro do Coco, Murundu, Palmares, Posse do Meio, Santa Barbara, Santa Maria, Santo Eduardo, São Luís de Mutuca, São Roque, Sesmaria, Usina Santa Maria, Vila Nova, Mutuca, Divisa.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Travessão	Arraial, Balança Rangel, Bariri, Brejo Grande, Campelo, Caxias de Balança Rangel, Guandu, Matutu, Mundéus, Nova Canaã, Ribeiro do Amaro, Santana, Travessão, Vila de Palha, Caxeta, Escova Urubu, São Diogo.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Jóquei	Jockey Club, Novo Jockey, Jockey I, Jockey II, Benta Pereira, Vista Alegre, Morado do Oriente, Mergulhão, Cambaíba, Campo Novo, Martins Lage, Vila Rainha, Venda Nova.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Penha	Bela Vista, Estancia Da Penha, Loteamento Porto Belo, Loteamento Porto Seguro, Vivendas Do Coqueiro, Parque Angélica, Parque Do Prado, Residencial Vivendas Da Penha I, Parque Imperial, Parque Imperial II, Parque Jose Do Patrocínio, Parque Santa Maria, Parque Tarcísio Miranda, Parque Tropical, Varanda Do Visconde, Penha, Residencial Santo Antônio, Vila Mamães, Vila Menezes, Solar Da Penha, Mirandela, Jardim das Acácias, residencial Vivendas da Penha II, Cond. Cidade Verde, Vila Verde, Usina Santo Antônio.	14, sendo distribuídos em no mínimo 7 bairros
Goytacazes	Babosa, Baixa Grande, Boa Vista, Barra do Furado, Campo de Areia, Ciprião, Córrego Fundo, Farol De São Thomé, Farolzinho, Furadinho, Jardim Novo Farol, Korea, Marrecas, Mulaco, Mussurepe, Parque Mosteiro De São Bento, Parque Náutico, Parque Radio Velho, Retiro, Santo Amaro, Viegas, Vila Do Sol, Vila Do Sol IV, Vila Dos Pescadores, Alto Da Areia, Alto Do Eliseu, Balança Do Jaí, Barcelos, Barra Do Jacaré, Beira Do Tai, Bugalho, Caboio, Campo Limpo, Canal Das Flexas, Canto Do Engenho, Caxias De Tocos, Colégio,	25, sendo distribuídos em no mínimo 15 bairros

Travessa Santo Elias, nº 46, Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes- RJ, CEP: 28.080-385
Telefone: (22) 98175-1350

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



CRAS	Abrangência	Nº Mínimo de Estabelecimentos
	Coqueiro De Tocos, Correnteza, Cupim, Cupim De Poço Gordo, Donana, Espinho, Estancia Da Areia, Goytacazes, Largo Do Garcia, Marcelo, Mineiros, Pitangueira, Poço Gordo, Ponta Grossa De Fidalgos, Ponto De Coqueiros, Sabão, São Martinho, São Sebastiao, Saturnino Braga, Tocaia, Tocos, Vala Do Mato, Veiga, Vila Esperança, Xexé, Monte Negro, Olhos D'água, Parque Real, Paus Amarelos.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Ururáí	Acampamento Sem Terra Est Leite, Assentamento Aleluia Assentamento Antônio Farias, Assentamento Batatal, Assentamento Cambuca, Assentamento Terra Conquistada, Cerejeira, Conceição Do Imbé, Dolores De Macabu, Guriri, Ibitioca, Lagoa De Cima, Macaco, Mato Escuro, Morro Grande, Pedra Negra, Pernambuco, Ponta Da Lama, Planície, Quilombo, Sentinela Do Imbé, Serrinha, Tapera, Timbozão, Ururáí, Viana.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Matadouro	Chácara Joao Ferreira, Colégio, Horto, Jardim Flamboyant I, Jardim Flamboyant II, Lapa, Matadouro, Parque Califórnia, Parque Oliveira Botelho, Parque Riachuelo, Parque Salo Brand, Parque Turf Club, Centro, Tira Gosto, Parque Maciel.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros
Chatuba	Carvão, Chatuba, Parque Fazendinha, Joao Maria, Parque Alphaville, Parque Alphaville II, Parque Aurora, Parque Carlos De Lacerda, Parque Dr. Beda, Parque IPS, Parque Joao Seixas, Parque Rosário, Parque Rui Barbosa, Parque São Benedito, Parque São Lino, Residencial Joao Maria, Bosque Das Acácias, Cantagalo, Capão, Parque Fazenda Grande.	10, sendo distribuídos em no mínimo 5 bairros

A CONTRATADA deverá manter nos estabelecimentos credenciados, em local visível e de fácil identificação, a indicação da adesão aos seus serviços através de afixação de placa, adesivo ou recurso similar, contendo referência ao programa "Cartão Goitacá", com projeto gráfico aprovado pela CONTRATANTE.

A contratada deverá disponibilizar serviços de atendimento ao cliente via telefone com discagem direta gratuita, aplicativo whatsapp ou similar e site institucional (via

internet), para consulta de saldo, consulta de rede credenciada, comunicação de perda, roubo, extravio ou dano e solicitação de 2ª via ou troca de senha.

A CONTRATADA deverá bloquear imediatamente os cartões que porventura tenham sido perdidos, no momento da comunicação pelo beneficiário.

A CONTRATADA deverá fornecer novos cartões no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação da CONTRATANTE ou do beneficiário, conforme o caso, com a devida transferência do saldo remanescente para o novo cartão.

Na hipótese de a CONTRATADA adotar, por qualquer motivo, alteração dos cartões magnéticos e/ou dos meios tecnológicos diferentes para prestação do serviço contratado, os custos não poderão ser repassados à contratante.

Não será permitido o uso do cartão para a compra de qualquer produto não alimentício.

Responderá a CONTRATADA por todas as obrigações fiscais, tributárias, cíveis, penais, trabalhistas, sindicais, etc., definidas pela legislação, recolhendo todos os tributos devidos e contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

5.0 FORMA DE AQUISIÇÃO/ LICITAÇÃO

5.1 - Licitação na modalidade Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

6.0 EXECUÇÃO E PRAZO CONTRATUAL

6.1- O prazo previsto para execução do objeto deste Termo de Referência é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Legislação vigente.

7.0 DA ESTIMATIVA DA TAXA DA ADMINISTRAÇÃO

7.1 Será declarada vencedora do certame a empresa que apresentar a menor taxa de administração em sua proposta.

7.2 Foi levado em consideração as cotações feitas no mercado para prestação de serviço com taxa de administração máxima de 2%, sem taxa de emissão ou reemissão de cartões, em observância ao princípio da economicidade.

7.3 A licitante poderá preencher a proposta de preços, cuja taxa de administração/desconto poderá ser igual a zero, ou, ainda, negativo (sendo assim tratada como percentual de desconto), devendo nela estar incluídas todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

8.0 DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

8.1 - O sistema informatizado de processamento, gerenciamento e comunicação de que trata o item anterior deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 dias, a contar da assinatura do contrato, mesmo prazo em que deverá ser iniciado o treinamento dos servidores que utilizarão o sistema.

9.0 DOS TESTES DE FUNCIONALIDADES DO SISTEMA (POC – PROVA DE CONCEITO)

9.1 Terminada a fase de habilitação, o Pregoeiro convocará a empresa classificada em 1º lugar, para apresentar o seu sistema no dia da licitação após a convocação, onde será analisado pela Comissão de Avaliação da Contratante. Onde a empresa deverá simular, cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência.

9.2 Para tanto, a empresa deverá trazer os equipamentos necessários (como notebook, Datashow, modem para internet) e os módulos do Software devidamente instalados e configurados nos mesmos, sob pena de desclassificação.

9.3 A análise terá duração de no máximo 08 horas, podendo ser prorrogada a critério da Comissão de Avaliação. Havendo prorrogação, esta será em hora útil imediatamente posterior ao encerramento daquela.

9.4 A empresa habilitada deverá apresentar e demonstrar todos os itens contidos no presente Termo de Referência, seguindo a ordem dos itens contidos nele, sendo eles:

9.4.1 Que a senha seja gravada na primeira Transação pelo usuário do cartão;

9.4.2 Que pelo aplicativo seja possível Trocar a senha;

- 9.4.3 Teste de planilha para incluir limites dos cartões;
- 9.4.4 Testar o sistema, onde não seja possível cadastrar mais de um cartão para o mesmo CPF;
- 9.4.5 Ter no sistema a funcionalidade de travar a REDE e somente a REDE selecionada deve aceitar o cartão, esta função deve ser pelo acesso web;
- 9.4.6 No aplicativo ter o extrato das compras e o local trazendo no mapa o local da compra e traçar a rota até este estabelecimento;
- 9.4.7 No aplicativo ter a opção de enviar o comprovante da transação;
- 9.4.8 Ter a função no aplicativo de trazer relação de estabelecimentos com o nome e endereço;
- 9.4.9 Ter a função de trazer a REDE por aproximação baseado na localização do GPS do celular do usuários;
- 9.4.10 Na função da REDE por aproximação selecionar o estabelecimento e traçar a ROTA até o mesmo.

9.5 A Prefeitura de Campos dos Goytacazes se valerá de uma Comissão de servidores com experiência para avaliação do software.

9.6 É livre o acesso de todos durante a Análise Técnica do Software da licitante, provisoriamente vencedora, não se admitindo qualquer intervenção durante o exame, podendo os mesmos se manifestar no final da apresentação para especificar os pontos de não consentimento, caso existam, que serão devidamente registrados em ata da sessão.

9.7 Aos que acompanharem a Análise é vedada a utilização de quaisquer aparelhos eletrônicos durante o exame, sob pena de desclassificação ou solicitação de retirada do local aos cidadãos. Referidos aparelhos deverão manter-se desligados e à vista da Comissão de Avaliação até que se finde a Demonstração.

9.8 Após a análise a Comissão se reunirá para emitir um Parecer de Avaliação de Amostra do Software.

9.9 Constatado o atendimento de 100% dos requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.10 Na hipótese do não atendimento aos requisitos discriminados no presente Termo de Referência pela empresa proponente na avaliação do software, o Pregoeiro convocará a empresa licitante subsequente, na ordem de classificação, para abertura do envelope de habilitação para que, se habilitada, se submeta à respectiva avaliação técnica do software, sendo avaliada nos mesmos moldes da empresa licitante anterior, e

assim sucessivamente, até a apuração do software que atenda todas as exigências do Termo de Referência.

10.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 As obrigações definidas neste Termo de Referência não excluem as demais obrigações de caráter geral previstas em lei. São obrigações da Contratada:

10.2 Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3 Efetuar o reembolso ao estabelecimento comercial conveniado, dos valores dos documentos de legitimação das operações, ficando desde logo estabelecido que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por qualquer reembolso, que se constitui de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

10.4 Garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações recebidas, salvo nas hipóteses previstas em lei;

10.5 Garantir a perfeita execução dos serviços, nos prazos e termos acordados;

10.6 Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, inclusive decorrentes de atos de seus empregados, durante a execução deste Contrato, não restando excluída a responsabilidade de acompanhamento ou fiscalização por parte da CONTRATANTE;

10.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.8 A Contratada será responsável pela REDUNDÂNCIA DE HOSPEDAGEM DOS SISTEMAS NOS SERVIDORES DO CIDAC – CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DE CAMPOS, órgão responsável de tecnologia da informação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, bem como treinamento de seus colaboradores efetivos para este salvaguardar as informações de cunho público do Município de Campos dos Goytacazes.

10.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.10 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto;

10.11 Apresentar a relação da rede credenciada, observados os mínimos estabelecidos no item 4.1, no prazo máximo de 30 dias, a contar da homologação do certame, sob pena de desclassificação.

10.12 A empresa contratada deverá se comprometer a manter ou desenvolver o programa de integridade ou compliance como objetivo institucional;

11.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato;

11.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

11.3 Comunicar à CONTRATADA, com antecedência razoável, quaisquer ocorrências para que procedam aos reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato;

11.4 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93.

11.5 Requisitar à CONTRATADA a emissão de cartões, indicando os valores pertinentes;

11.6 Solicitar o cancelamento de cartões dos beneficiários desligados do programa ou que deixem de fazer jus ao benefício, solicitando o respectivo estorno na próxima fatura, quando for o caso;

11.7 Quando for o caso, informar à CONTRATADA a alteração da quantidade e/ou o valor do crédito.

11.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O objeto deste Termo de Referência será custeado através de recursos das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Programas de Trabalho: 08.244.0038.2125.0000

Natureza de Despesa: 33.90.39 e 33.90.48

Fonte de recurso: 133

13.0 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - O valor das recargas deverá ser transferido pela CONTRATADA a cada beneficiário através de crédito no cartão magnético para utilização em rede credenciada, no prazo máximo de 03 dias úteis da data prevista no cronograma de crédito a ser estabelecido pela CONTRATANTE - que será em observância à listagem mensal emitida pelas assistentes sociais.

13.2 - O pagamento referente à taxa de administração será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após emissão da nota fiscal.

14.0. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA


14.1 - Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo privado com firma reconhecida comprovando que a licitante já prestou serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

15.0 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

15.2 - A CONTRATADA deverá conhecer todo o Termo disposto acima para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

Campos dos Goytacazes, 31 de janeiro de 2022.


Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 48.442


Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Mat.40.324